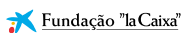


Portugal, Balanço Social 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

BRUNO P. CARVALHO
FRANCISCO TAVARES
JOÃO FANHA
MIGUEL FONSECA
SUSANA PERALTA



SOCIAL EQUITY INITIATIVE

KNOWLEDGE-DRIVEN PROGRESS

NOVA Economics for Policy
Knowledge Center
NOVA SCHOOL OF
BUSINESS & ECONOMICS



Introdução

O “Portugal, Balanço Social 2025” analisa a pobreza a partir do rendimento, para, de seguida, abordar outras dimensões: a privação material, as condições de habitação e o acesso à educação e à saúde. Discute, igualmente, a relação entre a pobreza e a situação laboral e o nível de educação, bem como as diferenças regionais, a desigualdade na distribuição do rendimento e o impacto das transferências sociais na mitigação da pobreza. Dá destaque a dois grupos especialmente vulneráveis: os mais velhos e as crianças. Finalmente, a edição deste ano inclui dois capítulos especiais: um sobre as diferenças nas perceções, expectativas e confiança nas instituições e outro sobre a privação infantil.

O relatório utiliza um vasto conjunto de dados de inquérito: o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2024 e 2025, o Eurobarómetro do Outono de 2024, o Inquérito ao Emprego do INE relativo aos anos de 2024 e 2025, bem como os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e da Segurança Social (MTSSS).¹ Relativamente ao ICOR, recorreremos aos micro dados de 2024 e à informação agregada disponibilizada pelo INE para o ICOR 2025.²

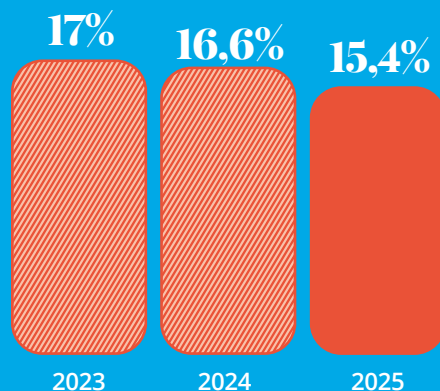
¹No ICOR, as variáveis ligadas ao rendimento e à situação laboral dizem respeito à situação dos inquiridos no ano anterior, isto é, 2023 para o ICOR 2024 e 2024 para o ICOR 2025, enquanto as variáveis de privação material dizem respeito à situação do próprio ano.

²Os dados individuais do ICOR 2025 serão disponibilizados à comunidade de investigadores no final de 2026.



1.
**Alguns destaques
da edição 2025**

Depois de uma diminuição entre 2023 e 2024, a taxa de risco de pobreza voltou a descer em 2025



A incidência da pobreza continuava a ser maior entre os desempregados, famílias monoparentais e indivíduos menos escolarizados.

Em 2024, **301 mil crianças e 541 mil pessoas com 65 ou mais anos** eram pobres.

Entre 2014 e 2024 observou-se um aumento do rendimento disponível médio de



e, que se traduziu num aumento do poder de compra de 25,2%.

Estes ganhos de poder de compra foram:

- **SUPERIORES** A 30% nos primeiros cinco decis de rendimento
- **INFERIORES** A 25% nos últimos quatro decis de rendimento.

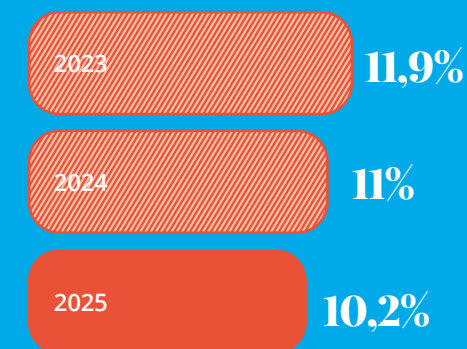
Em 2025, eram pobres



Em 2024, trabalhavam menos de metade do ano



A taxa de privação material e social diminuiu ligeiramente entre 2023 e 2024, e voltou a descer em 2025



A privação material e social era quase 4x mais comum entre a população pobre.

Em 2024, na **ausência de transferências sociais** além das pensões, haveria **mais 500 mil pessoas** em risco de pobreza.

Em 2024, em cada 10 pessoas pobres,



2 classificam o seu estado de saúde como mau ou muito mau.



3 não conseguiram aceder a consulta ou tratamento de medicina dentária em pelo menos uma ocasião.



3 tinham encargos habitacionais excessivos.



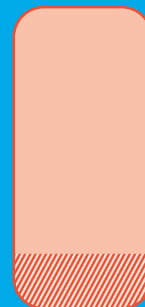
4 não tiveram capacidade de manter o alojamento confortavelmente frio no verão.

Nos últimos anos a taxa de desemprego tem-se reduzido.

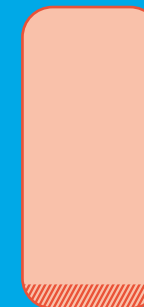
Ainda assim **subsistem importantes desigualdades no acesso ao mercado de trabalho.**

Em 2024, a proporção de **agregados pobres com intensidade laboral baixa ou muito baixa** era

7x superior à dos agregados não pobres.



Em 2025, no Alentejo, **17,9%** das pessoas estava em risco de pobreza,



e nos Açores, **8,2%** das pessoas estava em situação de privação material e social severa.

Em 2024,



4 em cada 10 pessoas com dificuldades financeiras achavam que a sua situação financeira ia piorar no futuro.



Quase **90%** avaliavam como má a situação da economia e do mercado de trabalho em Portugal.

O impacto das transferências na **redução da pobreza** é:



maior na Madeira e nos Açores (cerca de 8 pp)

menor em Lisboa e na região Centro (cerca de 4 pp)

Em 2025,



3 em cada 10 beneficiários do RSI tinham menos de 18 anos.

O valor médio do apoio mensal foi de

155€

por beneficiário e

327€

por família.

Problemas mais importantes que Portugal enfrentava em 2024

Mais referido: **inflação**



quase 6 em cada 10 entre as pessoas **com dificuldades financeiras**



4 em cada 10 entre as pessoas **sem dificuldades financeiras**

Em geral, outros problemas



mais referidos:
Saúde e Habitação



menos referidos:
Ambiente, Situação Internacional, Dívida Pública

Em 2024, em cada 10 crianças pobres



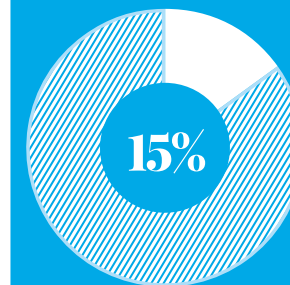
5 não participavam numa atividade extracurricular ou de lazer de forma regular.



2 em idade pré-escolar frequentaram menos de 30 horas de creche ou pré-escolar por semana.



3 viviam em alojamentos sobrelotados.



dos agregados **pobres** com crianças não conseguiram assegurar uma alimentação saudável e nutritiva.

Entre os não pobres, esse valor era de 4,6%.

Em 2024, o **exército** e a **polícia** eram as instituições na quais os residentes mais confiavam e os **partidos políticos** eram a instituição em que menos confiavam.



2. Pobreza, Desigualdade e Privação

Pobreza, Desigualdade e Privação

QUAL É O ESTADO DA POBREZA EM PORTUGAL?

Em 2025, o **limiar de pobreza** em Portugal era de 8.679€/ano, ou 723€/mês. A **taxa de risco de pobreza** diminuiu, em 2025, para 15,4% (1,2 pontos percentuais mais baixa do que em 2024), continuando a trajetória de descida entre 2023 e 2024.

Como mostra a **Tabela 1**, a pobreza era mais comum entre as pessoas **desempregadas** (42,6%), as **famílias monoparentais** (35,1%) e os indivíduos com **níveis de escolaridade mais baixos** (21,3%).

Também as mulheres tinham maior taxa de risco de pobreza que os homens (16,3% vs. 14,5%). Quase 27% das **famílias numerosas** encontravam-se em situação de pobreza.

1. Fonte: ICOR, 2024 e 2025.

2. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED).

3. Indicadores ao nível do indivíduo: género, condição perante o trabalho e nível de escolaridade.

4. Indicadores ao nível do agregado: composição do agregado.

5. Interpretação: Em 2025, a taxa de risco de pobreza em Portugal era 15,4%.

Tabela 1 - Taxa de risco de pobreza (em %)

	2024	2025
Total da população residente	16,6	15,4
GÉNERO		
Feminino	17,6	16,3
Masculino	15,4	14,5
CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO		
A trabalhar	9,2	8,6
Desempregado	44,3	42,6
Reformado ou com reforma antecipada	19,6	16,4
Outra pessoa inativa	30,4	30,4
ESCOLARIDADE		
Até ensino básico (ISCED 0-2)	23,5	21,3
Ensino secundário e pós secundário (ISCED 3-4)	12,3	12,6
Ensino superior (ISCED 5-8)	6,5	5,4
COMPOSIÇÃO DO AGREGADO		
Um adulto com pelo menos uma criança	31,0	35,1
Dois adultos com uma criança	13,0	11,8
Dois adultos com duas crianças	12,0	14,2
Dois adultos com três ou mais crianças	28,2	26,7

POBREZA, DESIGUALDADE E PRIVAÇÃO

Para analisar o **grau de pobreza**, calculamos o hiato de pobreza, que é a diferença entre o rendimento de cada agregado e o limiar de pobreza. O índice de severidade de pobreza, que dá mais peso aos agregados com hiatos de pobreza maiores, manteve-se praticamente inalterado, de 2,3%, em 2023, para 2,4%, em 2024.

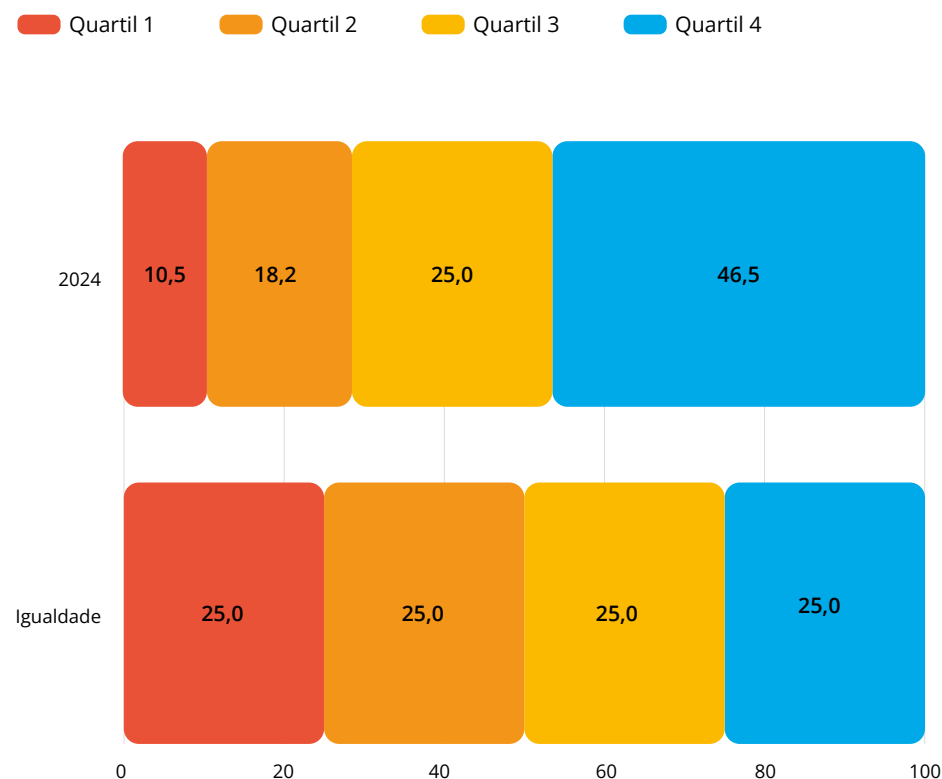
QUAL É O ESTADO DA DESIGUALDADE EM PORTUGAL?

Entre 2024 e 2025 observou-se uma diminuição da **desigualdade da distribuição do rendimento** em quase todos os indicadores, com o coeficiente de Gini a diminuir 1 ponto percentual, para 30,9. Ainda assim, os 10% mais ricos detinham, em 2025, quase 8 vezes mais rendimento disponível do que os 10% mais pobres. A **Figura 1** mostra que, em 2024, os 25% mais ricos detinham cerca de 46,5% do rendimento do país, o que compara com 10,5% do rendimento dos 25% mais pobres³. Logo, em média, uma pessoa do Quartil 1 vive com aproximadamente um quarto do rendimento de uma pessoa no Quartil 4 da distribuição.

Em 2024, os 25% das pessoas mais pobres (Quartil 1) detinham apenas 10,5% do rendimento total do país.

³Para construir a Figura 1 ordenamos as famílias da mais pobre à mais rica, em termos de rendimento. Depois, tendo em conta o número de indivíduos em cada família, formamos quatro grupos, cada um com um quarto (25%) do número total de pessoas. Finalmente, calculamos a proporção do rendimento total que cada um dos grupos detém.

Figura 1 - Quartis do rendimento disponível (em %)



1. Fonte: ICOR, 2008, 2023 e 2024.

2. Estes cálculos foram feitos usando o *Distributive Analysis Stata Package*.

3. Interpretação: Em 2024, os 25% mais pobres (Q1) detinham 10,5% do rendimento total do país.

QUAIS SÃO E COMO EVOLUÍRAM OS RENDIMENTOS MÉDIOS AO LONGO DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS?

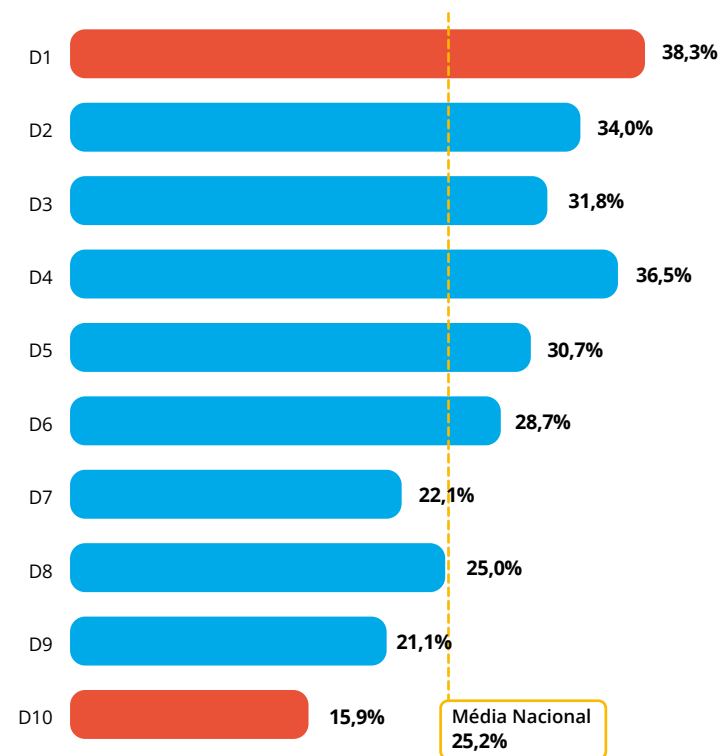
Entre 2014 e 2024 observou-se um **aumento do rendimento disponível médio** de 9.856€ para 14.951€, a preços correntes. Isto corresponde a um aumento percentual de 51,7%, que se traduziu num aumento do **poder de compra** de apenas 25,2%, depois de ajustado para a inflação (a preços constantes de 2014). Os ganhos de poder de compra foram diferenciados ao longo da distribuição de rendimento. Embora em termos absolutos (em euros) o aumento tenha sido maior entre os mais ricos, em termos percentuais foi mais elevado entre os mais pobres. Como mostra a **Figura 2**, nos primeiros cinco decis de rendimento (D1 a D6), o crescimento foi sempre superior a 30%, enquanto que nos últimos quatro decis (D7 a D10) foi sempre igual ou inferior a 25%.⁴

QUAL É O ESTADO DA PRIVAÇÃO EM PORTUGAL?

A taxa de **privação material e social** também diminuiu. Em 2025, 10,2% das pessoas encontravam-se em situação de privação material e social e 4,3% em situação de privação material e social severa. A privação material e social é quase 6 vezes mais comum entre a população pobre do que entre a não pobre.

⁴Para construir a Figura 2 seguimos um procedimento semelhante ao da Figura 1. Ordenamos as famílias da mais pobre à mais rica, em termos de rendimento. Depois, tendo em conta o número de indivíduos em cada família, formamos 10 grupos, cada um com 10 % do número total de pessoas. O primeiro decil (D1) representa os 10% mais pobres e o décimo decil (D10) representa os 10% mais ricos.

Figura 2 - Crescimento relativo do rendimento disponível médio entre 2014 e 2024 por decil do rendimento (em %)



1. Fonte: ICOR, 2014 e 2024.

2. Estes cálculos foram feitos usando o *Distributive Analysis Stata Package*.

3. A evolução a preços constantes permite analisar a evolução dos preços ao longo do tempo, sem o efeito da inflação, determinado a partir da variação dos preços do Índice de Preços do Consumidor, calculado pelo INE. Valores (em €) calculados a partir de um determinado ano base (neste caso 2014).

4. Interpretação: Entre 2014 e 2024, o rendimento disponível médio dos agregados residentes em Portugal cresceu 25,2% a preços constantes (ano base 2014).

O “Portugal, Balanço Social 2025” analisa ainda **outras privações essenciais**, incluindo as relacionadas com a saúde e a habitação:

- As pessoas pobres tiveram níveis de **privação em saúde** mais elevados, especialmente nos cuidados de medicina dentária, que não são disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde: 35,3% vs. 13,7%. Em 2024, 19,6% das pessoas pobres auto-avaliavam a sua saúde como má ou muito má (na população não pobre, essa percentagem era de 10,5%). As pessoas pobres reportaram mais doenças crónicas e prolongadas: 49,9% (40,8% para a população não pobre).
- Como mostra a **Tabela 2**, a população pobre tinha **carências habitacionais** bastante marcadas. Em 2024, cerca de 33,4% dos agregados pobres em Portugal tinham encargos com a habitação que excediam 40% do rendimento do agregado (face a 12% da população não pobre), 30,9% não tinham capacidade de manter a casa adequadamente aquecida e 39,2% de a manter confortavelmente fria no verão. Além disto, 17,3% das famílias pobres viviam em alojamentos sobrelotados e 40,4% em casas com telhado, paredes, janelas ou chão permeáveis a água, ou apodrecidos. Embora com valores sempre mais baixos, a privação habitacional nestas dimensões é, ainda assim, assinalável entre a população não pobre.

Tabela 2 - Privação habitacional, em 2024 (em %)

	POPULAÇÃO POBRE	POPULAÇÃO NÃO POBRE
Encargos habitacionais excessivos	33,4	12,0
Sem capacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	30,9	12,7
Sem capacidade de manter o alojamento confortavelmente frio durante o verão	39,2	28,1
Taxa de sobrelotação do alojamento	17,3	10,0
Telhado, paredes, janelas ou chão permeáveis a água ou apodrecidos	40,4	29,1

1. Fonte: ICOR, 2024.

2. Em 2024, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2023; as dimensões de privação habitacional referem-se à situação do ano de 2024.

3. Interpretação: Considerando a população não pobre, 28,1% das famílias residentes não tinham a capacidade de manter o alojamento confortavelmente frio durante o verão em 2024; quando consideramos a população pobre, esta percentagem aumenta para 39,2%.

Em 2024, 4 em cada 10 pessoas pobres não tiveram capacidade de manter o alojamento confortavelmente frio no verão.

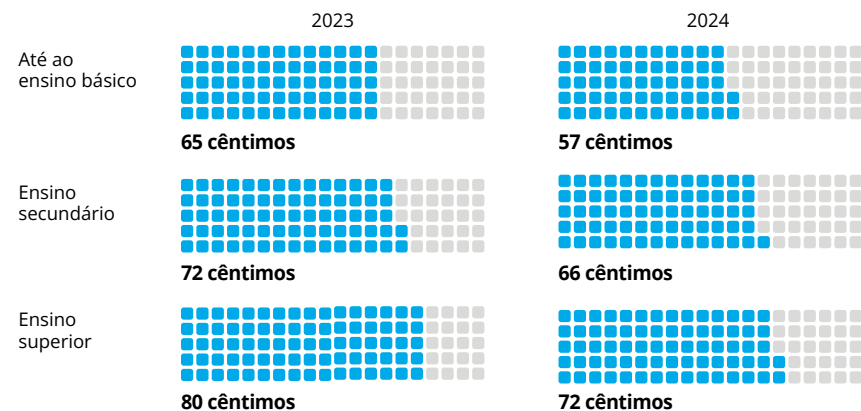
COMO EVOLUIU A SITUAÇÃO LABORAL EM PORTUGAL?

A ligação ao mercado de trabalho é um determinante importante das situações de pobreza e desigualdade. Desde 2020 a **taxa de desemprego** tem-se mantido relativamente estável, tendo atingido, em 2025 um valor de 6%, ligeiramente abaixo do de 2024. Este declínio também é visível no **número de inscritos nos centros de emprego**, sobretudo nos últimos meses do ano. Em paralelo, entre 2023 e 2024 assistiu-se a uma redução da proporção de agregados (pobres e não pobres) com intensidades laborais baixa ou muito baixa (de 38,9% para 30,8% entre os pobres) e um aumento na proporção de agregados com intensidade laboral alta ou muito alta (40,2% para 44,7% entre os pobres).

Ainda assim, subsistem desigualdades importantes no mercado de trabalho em Portugal. Em 2024, a proporção de agregados pobres com intensidade laboral baixa ou muito baixa era ainda 7 vezes superior entre os pobres, por comparação com a população não pobre. Por outro lado, a desigualdade salarial entre géneros aumentou ligeiramente para todos os níveis de educação, como mostra a **Figura 3**. Em 2024, por cada euro ganho por um homem, uma mulher ganhava entre 57 e 72 cêntimos, com diferenças de 8 cêntimos por euro nos três níveis educacionais.

Figura 3 - Desigualdades salariais entre géneros, por nível de escolaridade

Por cada 1 € recebido por um homem, uma mulher recebe:



1. Fonte: ICOR, 2023 e 2024.
2. Os rendimentos considerados são: Rendimentos brutos monetários e não monetários do trabalho por conta de outrem (bruto) e rendimentos monetários do trabalho por conta própria.
3. Os dados dizem respeito a rendimentos obtidos em 2022 e 2023.
4. Interpretação: Em 2024, as mulheres com ensino superior ganhavam, em média, 72 cêntimos por cada 1€ recebido por um homem com a mesma escolaridade.

A POBREZA, A PRIVAÇÃO E A DESIGUALDADE DIFEREM ENTRE REGIÕES?

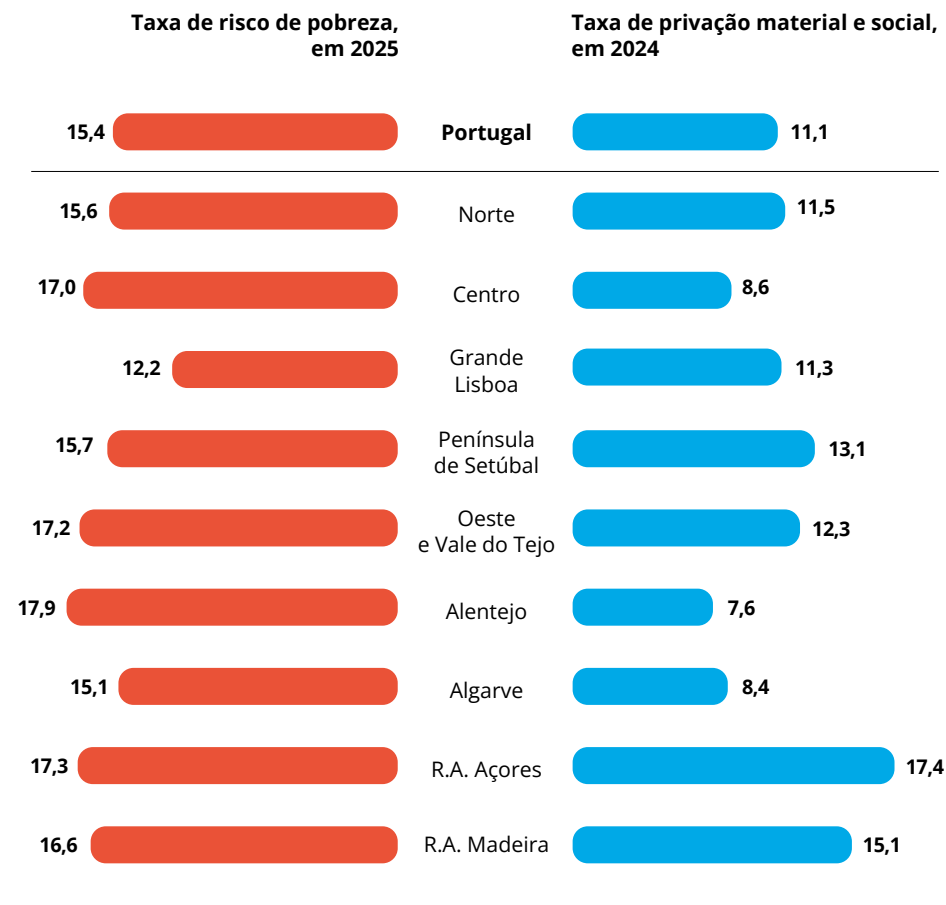
A **Figura 4** mostra as importantes disparidades regionais na incidência de pobreza e privação material e social. A **taxa de pobreza** foi mais elevada no Alentejo (17,9%), seguida pelos Açores (17,3%). A região com a menor prevalência de pobreza foi a Grande Lisboa (12,2%).

A **taxa de privação material e social** foi particularmente elevada nas regiões autónomas: esteve 6,3 pontos percentuais acima da média nacional nos Açores, a região com maior privação em Portugal, e 4 pontos percentuais acima da média nacional na Madeira. Em sentido contrário, o Alentejo foi a região com menor privação material e social (7,6%).

Embora com discrepâncias menos acentuadas, a **desigualdade** na distribuição de rendimentos também variou entre diferentes regiões. De acordo com o Coeficiente de Gini, a desigualdade foi maior na região dos Açores (33,8) e na região de Lisboa (32,9), e menor na região de Oeste e Vale do Tejo (28,8). Analisando dimensões específicas de privação, observa-se que, de uma maneira geral, as regiões autónomas foram as que reportaram níveis mais altos no panorama nacional. Entre estas, destacava-se a elevada proporção de pessoas que **não conseguiram ter uma refeição proteica pelo menos de dois em dois dias** (6,9% nos Açores, e 6,4% na Madeira) e a proporção de pessoas que **não conseguiram consultas ou tratamentos médicos não dentários** (6,7% nos Açores).

A Grande Lisboa teve a maior taxa de privação em dois fatores: a **poluição e sujidade**, bem como o **ruído na vizinhança da sua habitação**. As regiões Norte e Açores tiveram a maior **incapacidade de manter a casa fria durante o verão** (33,1% em ambas) e a Península de Setúbal teve a maior percentagem de **crime, violência e vandalismo** na área de residência (14,6%).

Figura 4 - Pobreza e privação, por região (em %)



1. Fonte: ICOR, 2024 e 2025.
 2. A taxa de risco de pobreza de 2025 é calculada de acordo com os rendimentos de 2024; a privação material e social refere-se à situação do ano de 2024.
 3. Interpretação: Em 2025, 15,6% das pessoas na região do Norte encontravam-se em situação de pobreza.

COMO VIVEM OS MAIS NOVOS E OS MAIS VELHOS?

As crianças são um dos grupos da população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. A **taxa de risco de pobreza** entre as crianças diminuiu entre 2023 e 2024 (de 20,6% para 17,8%), pelo que ainda havia nesse ano mais de 301 mil menores pobres em Portugal.

A população com mais de 65 anos teve uma **taxa de risco de pobreza** de 21,2% em 2024, um valor muito acima da média nacional (16,6%), o que corresponde a 541 mil pessoas em situação de pobreza.

Os maiores graus de privação em agregados com crianças e entre os mais velhos observaram-se na incapacidade de:

- (i) **pagar uma semana de férias fora de casa** (45,6% entre os mais velhos e 30,8% nos agregados com crianças);
- (ii) **fazer face a despesas inesperadas** (cerca de 30% para ambos os grupos);
- (iii) **substituir móveis usados** (37,1% entre os mais velhos e 35,6% entre as crianças).

No que toca à habitação, apesar dos mais velhos serem o grupo com maior **dificuldade em manter a casa adequadamente aquecida** (21,9%), nas outras dimensões de privação habitacional apresentavam menores taxas de privação que os adultos menores de 65 ou os agregados com crianças. Ainda assim, quase 1 em cada 3 pessoas com 65 ou mais anos vivia em casas com o **telhado, paredes, janelas e chão permeáveis** a água, e quase 1 em cada 4 considerava os **custos com alojamento um encargo demasiado pesado**. Em sentido contrário, como seria expectável, são os mais velhos que reportam pior **estado de saúde** (entre 2 e 4 vezes mais frequentemente que os adultos) e maior **dificuldade em aceder a cuidados de saúde**.

Tabela 3 - **Dimensões de privação material e social por grupo etário, em 2024 (em %)**

	CRIANÇAS	ADULTOS	MAIS VELHOS
Sem capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa	30,8	32,2	45,6
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada sem recorrer a empréstimo	29,6	27,3	30,7
Sem capacidade de substituir móveis usados	35,6	35,6	37,1

1. Fonte: ICOR 2024.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado e do indivíduo.
3. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.
4. No caso dos itens de privação material e social, e dos indicadores globais de privação, a situação familiar é replicada para todos os seus membros, independentemente da idade. No caso dos itens de privação recolhidos ao nível individual, as crianças com menos de 16 anos são consideradas em privação se pelo menos metade dos indivíduos com 16 ou mais anos do agregado em que vivem referiram estar em privação.
5. Interpretação: Em 2024, 45,6% das pessoas com mais de 65 anos não têm capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; quando nos referimos aos adultos, este valor diminui para 32,2%.



3. **Transferências Sociais e Percepção do Estado**

Transferências Sociais e Perceção do Estado

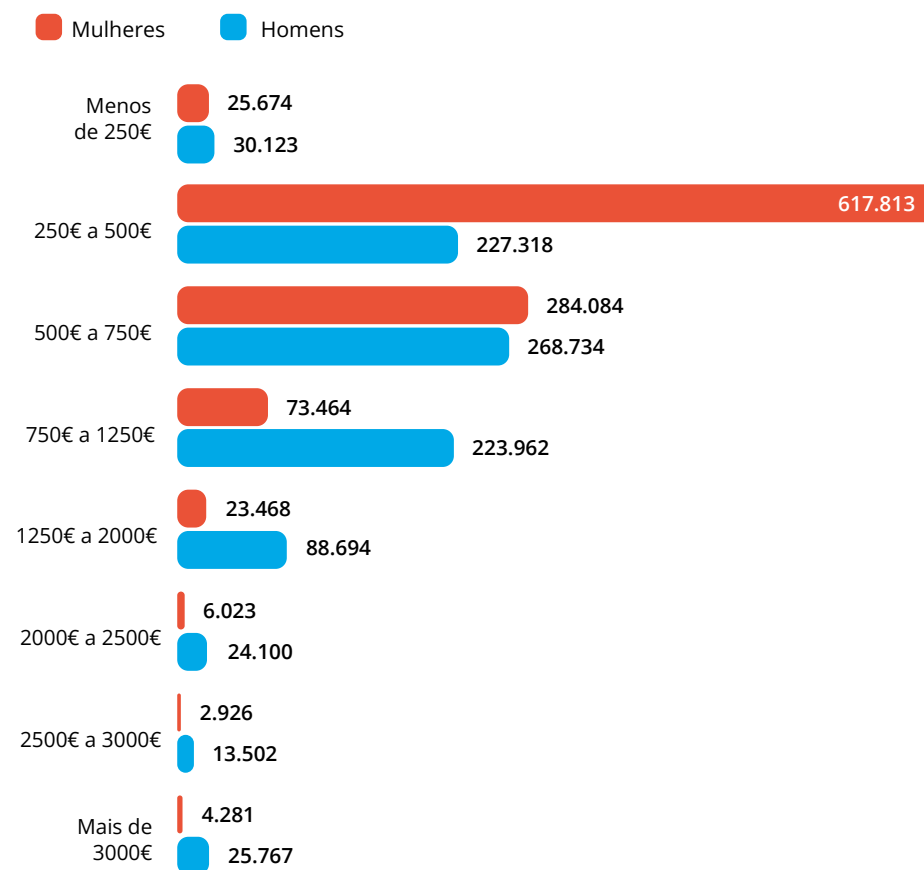
QUAL É O PAPEL DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS?

Entre as **transferências sociais** monetárias, as pensões de velhice são as que têm maior número de beneficiários (cerca de 26,2% da população, em 2024). Na ausência de transferências, como o subsídio de desemprego, doença ou as pensões, haveria mais pobreza e desigualdade. A taxa de risco de pobreza, em 2024, teria subido de 16,6% para 21,4% (se as transferências sociais se resumissem apenas a pensões de velhice) e para 40,3% (se não considerássemos nenhum tipo de transferência social); no segundo caso, o coeficiente de Gini teria subido de 31,9 para 37,3.

Neste ano, **o papel das transferências na redução da pobreza** foi maior nas regiões autónomas: na ausência de transferências sociais exceto pensões, a taxa de pobreza seria 8 pontos percentuais mais alta tanto na Madeira como nos Açores. As transferências sociais tiveram menor impacto na Grande Lisboa, onde conduziram a uma redução na taxa de pobreza de 3,7 pontos percentuais.

A **Figura 5** apresenta a distribuição da **pensão de velhice mensal por género e montante** em dezembro de 2025. Observa-se que as mulheres

Figura 5 - Distribuição da pensão de velhice mensal por género e montante, em 2025



1. Fonte: MTSSS, 2025.

2. Valores mensais.

3. Interpretação: Em dezembro de 2025, 25.674 mulheres receberam menos de 250€ de pensão de velhice.

se concentravam sobretudo nos escalões mais baixos, com grande relevância no intervalo entre 250€ e 500€, onde se registavam cerca de 618 mil beneficiárias, que comparam com apenas 227 mil beneficiários. Isto significa que mais de 60% das mulheres que receberam pensão de velhice em 2025 receberam menos de 500€, enquanto apenas 28,5% dos homens receberam abaixo desse valor. Em contrapartida, a proporção de homens era maior nos escalões de pensão mais elevados, particularmente nos intervalos acima de 750€, onde a sua representação era várias vezes superior à das mulheres.

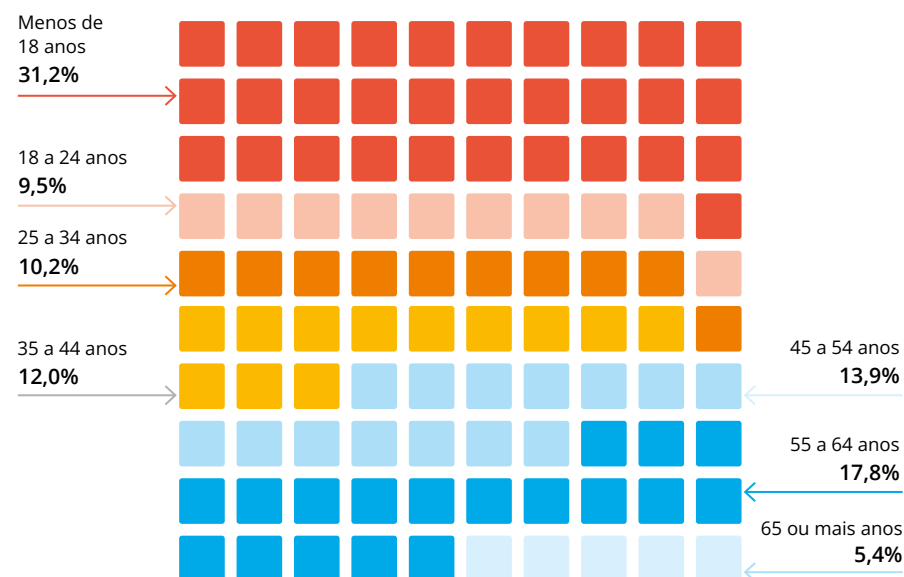
O **rendimento social de inserção (RSI)** destina-se a pessoas em situação de pobreza extrema, que necessitem de apoio para melhorar a sua integração social e profissional. Um dos critérios de atribuição do subsídio é o rendimento mensal do agregado. Em 2026, para uma pessoa que viva sozinha, a soma dos seus rendimentos mensais teria que ser inferior a 247,56€, equivalente a 2.970,72€ anuais.

Em 2025, havia 214 mil beneficiários a receber RSI, o que correspondia a 109 mil famílias apoiadas. O valor médio do apoio por beneficiário era de 154,52€, e por família de 327,33€. A **Figura 6** mostra a distribuição do número de beneficiários por idade. A maioria dos beneficiários (cerca de 67 mil, ou 31,2% do total) tinha menos de 18 anos.

Outra transferência social importante é o **abono de família**. Em 2025, havia cerca de 1,2 milhões de beneficiários de abono de família (mais 40 mil do que em 2024) e o valor médio mensal do apoio era de 105,12€. A grande maioria dos beneficiários do abono de família tinha menos de 18 anos, como é expectável, e era do sexo masculino. Existiam cerca de 218 mil rapazes até aos seis anos a receber apoio (em média 36 mil por

ano de idade) e cerca de 342 mil entre os 7 e 18 anos (em média 28 mil por ano de idade); a diferença de género reflete a distribuição da população residente.⁵

Figura 6 - Beneficiários do rendimento social de inserção por idade (em %)



1. Fonte: MTSS, 2025.

2. Interpretação: Em 2025, 31,2% dos beneficiários do rendimento social de inserção tinham menos de 18 anos.

⁵De acordo com as estimativas da população residente do INE, em 2024, entre os jovens até aos 18 anos, 869 mil eram do sexo masculino, e cerca de 830 mil do sexo feminino.

COMO VARIA A PERCEÇÃO SOBRE O ESTADO EM PORTUGAL?

Em 2024, as pessoas com maior dificuldade em pagar as contas tinham maior probabilidade de responder que não tinham **confiança nas instituições** do que as restantes, com duas exceções: o exército, que é a instituição na qual mais pessoas confiam, e a polícia (**Figura 7**). Em sentido contrário, os maiores níveis de falta de confiança encontravam-se nos partidos políticos, seguidos do sistema de justiça. O caso dos partidos políticos é paradigmático: mereciam a desconfiança de dois terços dos indivíduos sem dificuldade em pagar as contas e de mais de 90% dos que tinham dificuldades.

As pessoas que vivem numa situação económica mais confortável declaravam-se em 2024 também mais satisfeitas com a democracia (em Portugal e na União Europeia) do que as que têm dificuldades. Verifica-se, no entanto, que a **satisfação com a democracia** era menor ao nível nacional do que europeu. Quase 60% dos indivíduos que têm dificuldades para pagar as contas manifestavam-se insatisfeitos com a democracia em Portugal, o que compara com 28,5% entre os que não tinham dificuldades.

1. Fonte: Eurobarómetro, 2024.

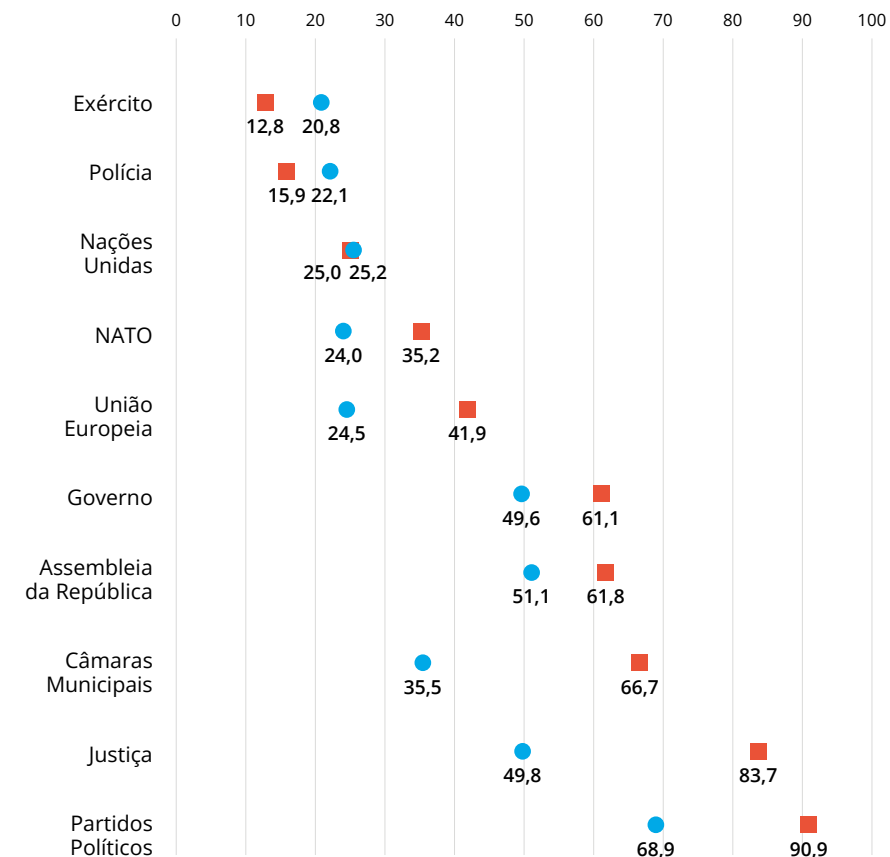
2. A pergunta feita aos inquiridos foi: "Em que medida confia em algumas instituições? Para cada uma das seguintes instituições, diga-me se tende a confiar ou a não confiar na mesma". Nesta figura, apresentamos a percentagem de pessoas que respondeu "não".

3. Interpretação: Em 2024, 68,9% das pessoas que quase nunca tiveram dificuldade a pagar as contas não confiavam nos partidos políticos em Portugal; este valor elevava-se a 90,9% para as pessoas que tinham dificuldade a pagar as contas a maior parte das vezes.

Figura 7 - Falta de confiança nas instituições, em 2024 (em %)

Dificuldade a pagar as contas

■ Maior parte das vezes ● Quase nunca



COMO É QUE VARIAM AS PERCEÇÕES E PREOCUPAÇÕES DA ATUALIDADE?

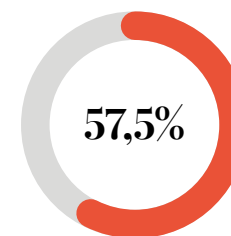
A maioria das pessoas avaliou a **situação atual** como má em quatro das cinco dimensões consideradas no Eurobarómetro 2024, sendo, em geral, a proporção superior para pessoas com dificuldade em pagar as contas. O descontentamento das pessoas que têm dificuldades era muito elevado e atingiu quase 90% nas dimensões da economia portuguesa, dos serviços públicos e do mercado de trabalho português. A maior diferença de perceção entre quem tem e quem não tem dificuldades foi nas dimensões dos serviços públicos e do mercado de trabalho.

Relativamente às **expectativas**, a percentagem de pessoas que esperava que a situação piorasse nos 12 meses seguintes à entrevista era menos elevada do que a que avaliava a situação atual como má. Permanecia, no entanto, uma clivagem entre as pessoas que não têm e as que têm dificuldades financeiras. A grande maioria das primeiras era menos pessimista (não considerava que a situação fosse piorar),

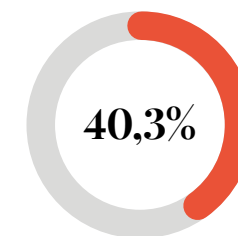
Em 2024, quase 90% das pessoas com dificuldades financeiras avaliavam como má a situação da economia e do mercado de trabalho português.

ao passo que uma parcela significativa das segundas considerava que a situação iria piorar. Destaca-se o pessimismo das pessoas com dificuldades no que toca às expectativas futuras sobre a sua própria situação financeira: 39,3% das pessoas (mais de 1 em cada 3) acreditavam que a situação financeira do agregado ia piorar nos 12 meses seguintes. Esta apreciação contrasta com um dos valores menos pessimistas para as pessoas sem dificuldades financeiras (11,7%).

EM 2024, A **INFLAÇÃO** FOI REFERIDA COMO UM **PROBLEMA IMPORTANTE** POR



DAS PESSOAS **COM** DIFICULDADES FINANCEIRAS.



DAS PESSOAS **SEM** DIFICULDADES FINANCEIRAS.

Quando analisamos a perceção acerca dos **problemas mais relevantes** que Portugal enfrentava em 2024 (**Figura 8**), a inflação marcava as preocupações das pessoas, particularmente entre as que têm dificuldades financeiras (57,5%). A saúde e a habitação foram as outras duas vertentes às quais foi atribuída importância elevada, tendo sido apontadas como prioridades por mais de 24% das pessoas sem dificuldades e por mais de 30% das que têm dificuldades.

Os dados também revelam que dependendo da dimensão, se a preocupação era maior para pessoas com ou sem dificuldades financeiras. Assim, proporção de pessoas sem dificuldades financeiras que indicavam a habitação, a situação económica, a educação, o crime, o ambiente e a situação internacional como problemas relevantes era maior do que a proporção de pessoas com dificuldades financeiras que o fazia.

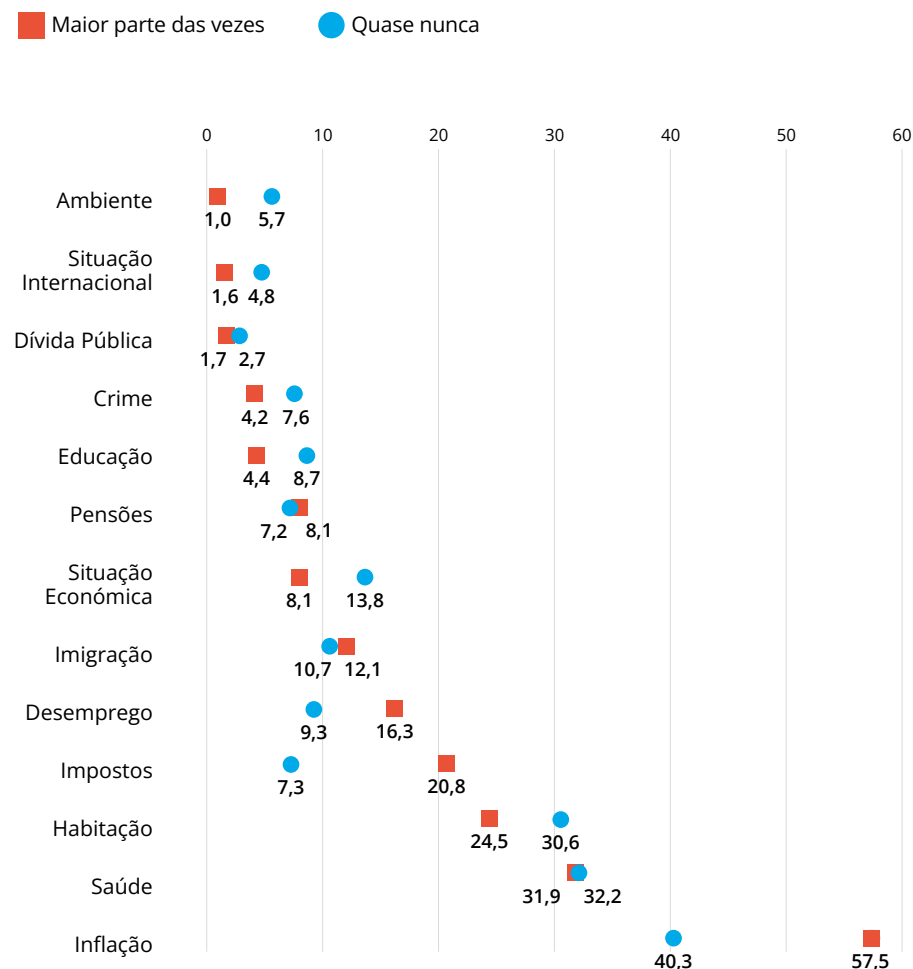
Em sentido contrário, a inflação, os impostos, o desemprego e a imigração foram indicados como problemas importantes proporcionalmente mais vezes por quem tem dificuldades. A maior discrepância revelou-se nos impostos: a prevalência de pessoas que classificaram este tema como importante é quase três vezes maior entre quem tem dificuldades, por comparação com quem não tem dificuldades. Finalmente, podemos constatar que menos de um em cada vinte residentes em Portugal manifestava preocupação com o ambiente, a situação internacional e a dívida pública.

1. Fonte: Eurobarómetro, 2024.

2. A pergunta feita aos inquiridos é: "Na sua opinião, quais são os dois problemas mais importantes que Portugal enfrenta atualmente?". Nesta figura, foram consideradas as duas respostas de cada inquirido.

3. Interpretação: Em 2024, 40,3% das pessoas que quase nunca tiveram dificuldade a pagar as contas achavam que a inflação era dos problemas mais importantes em Portugal; este valor eleva-se a 57,5% para as pessoas que têm dificuldade a pagar as contas a maior parte das vezes.

Figura 8 - Problemas mais importantes em Portugal, em 2024 (em %)





4. Privação infantil

Privação infantil

O ICOR 2024 inclui um módulo especial sobre privação infantil em Portugal. Este módulo recolhe informação que não está habitualmente disponível no inquérito, incluindo dimensões de privação específicas para as crianças, permitindo uma análise mais aprofundada deste tema.

QUAL É A TAXA DE RISCO DE POBREZA ENTRE CRIANÇAS DE VÁRIAS IDADES?

A **Tabela 4** mostra que a **taxa de risco de pobreza infantil** se reduziu de 22,8% em 2008 para 17,8% em 2024. A diminuição foi particularmente expressiva nos grupos dos 6-11 anos (de 23,0% para 16,2%) e dos 12-17 anos (de 27,6% para 19,2%). Em contrapartida, o grupo dos 0-5 anos foi o único em que se observou um agravamento, ainda que ligeiro, da taxa de pobreza: de 17,1% para 17,6%. Estes dados evidenciam uma tendência global de redução da pobreza infantil, embora persistam desafios específicos na primeira infância, que poderá exigir intervenções direcionadas.

Tabela 4 - Taxa de risco de pobreza infantil (em %)

	2008	2024
0-5 anos	17,1	17,6
6-11 anos	23,0	16,2
12-17 anos	27,6	19,2
Total (0-17 anos)	22,8	17,8

1. Fonte: ICOR, 2008 e 2024.
2. Nesta tabela, só são contabilizados indivíduos com menos de 18 anos.
3. Interpretação: Em 2024, 17,6% das crianças até aos 5 anos estavam em risco de pobreza.

EM 2024, MAIS DE



1 EM CADA 6
CRIANÇAS COM
MENOS DE 5 ANOS
ESTAVAM EM **RISCO**
DE POBREZA.

COMO VARIA A PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL NAS CRIANÇAS CONSOANTE A CONDIÇÃO DE POBREZA?

A **Tabela 5** apresenta diferenças marcadas na **privação material e social nas crianças** em função da condição de pobreza.⁶ Em 2024, a taxa de privação material e social foi quase quatro vezes maior nas crianças pobres (29,6%) do que nas crianças não pobres (7,6%). Esta disparidade é ainda mais evidente na privação severa, que afetou quase seis vezes mais as crianças em situação de pobreza (14,9% vs. 2,6% das não pobres). Por outro lado, a intensidade da privação material e social revelava um número médio de privações relativamente próximo entre os dois grupos (6,8 nas crianças pobres e 6,2 nas não pobres), ou seja, entre as crianças que vivem em privação material e social, viver acima do limiar de pobreza não está associado a um nível muito diferente de privação.

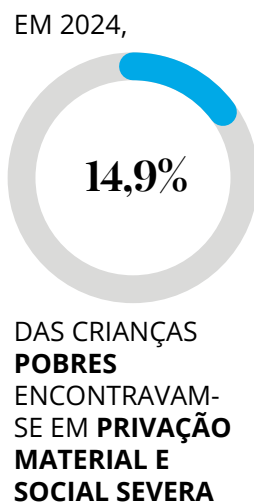


Tabela 5 - Privação material e social infantil, em 2024 (em %)

	CRIANÇAS POBRES	CRIANÇAS NÃO POBRES
Taxa de privação material e social	29,6	7,6
Taxa de privação material e social severa	14,9	2,6
Intensidade da privação material e social	6,8	6,2

1. Fonte: ICOR, 2024.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.
3. Nesta tabela, só são contabilizados indivíduos com menos de 18 anos.
4. Em 2024, uma pessoa faz parte da população "em risco de pobreza" e acordo com os rendimentos de 2023; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2024.
5. No caso dos itens de privação material e social, e dos indicadores globais de privação, a situação familiar é replicada para todos os seus membros, independentemente da idade. No caso dos itens de privação recolhidos ao nível individual, as crianças com menos de 16 anos são consideradas em privação se pelo menos metade dos indivíduos com 16 ou anos do agregado em que vivem referiram estar em privação.
6. Interpretação: Em 2024, 29,6% das crianças pobres carecia de pelo menos cinco dimensões de bem-estar material e social (e 14,9% carecia de pelo menos sete).

Em 2024, a privação material e social foi quase 4x mais comum entre as crianças pobres do que entre as não pobres.

⁶Considera-se que uma pessoa está em privação material e social se não tem acesso a cinco, ou mais, dos treze elementos da lista do Eurostat. Quando não tem acesso a sete ou mais, considera-se que está em privação material e social severa. A situação familiar é replicada para todos os seus membros, independentemente da idade. No caso dos itens de privação recolhidos ao nível individual, as crianças com menos de 16 anos são consideradas em privação se pelo menos metade dos indivíduos com 16 ou mais anos do agregado em que vivem referiram estar em privação.

QUE DIMENSÕES DE PRIVAÇÃO ENFRENTAM MAIS FREQUENTEMENTE AS CRIANÇAS?

A **Tabela 6** mostra várias **dimensões da privação infantil**, que podem ter impactos significativos no desenvolvimento e bem-estar presente e futuro das crianças. Em todas as dimensões analisadas, as crianças em situação de pobreza apresentavam taxas de privação significativamente superiores, destacando-se a participação em atividades extracurriculares ou de lazer regular (49,7% nas crianças pobres face a 22,2% nas não pobres), bem como a impossibilidade de participar em viagens e atividades escolares não gratuitas (22,7% vs. 8,2%). Também se verificou uma maior privação no acesso a recursos educativos e de desenvolvimento, como livros adequados à idade (6,0% vs. 1,4%) e um espaço apropriado para estudar (11,1% vs. 3,6%). Também no domínio das interações sociais as crianças pobres apresentaram maiores limitações, nomeadamente na possibilidade de convidar amigos (22,6% vs. 10,5%) e de celebrar ocasiões especiais (3,1% vs. 0,9%).

QUE OUTRAS DIMENSÕES DE PRIVAÇÃO ENFRENTAM AS CRIANÇAS?

A **escolaridade** tem um papel importante na mitigação da transmissão intergeracional da pobreza e o rendimento está relacionado com a frequência da creche e pré-escolar – em 2024, cerca de 1 em cada 10 crianças com idades até aos 5 anos não frequentaram, pelo menos, 30 horas semanais de ensino pré-escolar ou creche. Esta proporção é quase o dobro entre as crianças que vivem em agregados em situação de pobreza (18,5%) do que entre as crianças que vivem em agregados não pobres (9,8%).

Tabela 6 - Dimensões de privação material e social infantil, em 2024 (em %)

	CRIANÇAS POBRES	CRIANÇAS NÃO POBRES
Existência de livros em casa adequados à faixa etária	6,0	1,4
Existência de equipamento de lazer ao ar livre	6,7	2,2
Existência de jogos de interior	3,8	1,3
Participação numa atividade extracurricular ou de lazer de forma regular	49,7	22,2
Possibilidade de ter celebrações em ocasiões especiais	3,4	0,9
Possibilidade de convidar amigos de vez em quando para brincarem e comerem juntos	22,6	10,5
Possibilidade de participar em viagens e atividades escolares não gratuitas	22,7	8,2
Existência de um espaço apropriado para estudar e fazer trabalhos de casa	11,1	3,6

1. Fonte: ICOR, 2024.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.
3. Nesta tabela, só são contabilizados indivíduos com menos de 16 anos.
4. Em 2024, uma pessoa faz parte da população "em risco de pobreza" de acordo com os rendimentos de 2023; as dimensões de privação referem-se à situação do ano de 2024.
5. Interpretação: Em 2024, 49,7% das crianças pobres não participavam numa atividade extracurricular ou de lazer de forma regular; quando nos referimos às crianças não pobres, este valor diminui para 22,2%.

PRIVAÇÃO INFANTIL

No **acesso a cuidados de saúde**, as disparidades eram igualmente evidentes: 3,7% das crianças pobres não tiveram acesso a consulta ou tratamento médico (excluindo dentário), o que compara com 1,7% das não pobres. A diferença é ainda mais acentuada na medicina dentária, onde 9,6% das crianças pobres não tiveram acesso aos cuidados necessários, em contraste com 2,5% das crianças não pobres.

No que respeita à **habitação**, as crianças em situação de pobreza viviam mais frequentemente em agregados com habitações sobrelotadas (35,4% vs. 16,5%) em 2024. Embora a proporção de habitações com problemas estruturais (como infiltrações ou degradação) tenha sido também elevada entre crianças de agregados não pobres (31,1%), manteve-se inferior à das crianças de agregados pobres (43,8%).

Na **alimentação**, verifica-se que, em 2024, 15,0% dos agregados com crianças pobres não foram capazes de assegurar uma alimentação saudável e nutritiva, o triplo da prevalência entre crianças de agregados não pobres (4,6%). Adicionalmente, a probabilidade de não satisfazer a fome por falta de recursos financeiros era mais de 4 vezes superior entre agregados com crianças pobres.

EM 2024, MAIS DE



**1 EM CADA 3
CRIANÇAS POBRES
VIVIAM EM
ALOJAMENTOS
SOBRELOTADOS.**

Tabela 7 - Outras dimensão de privação nas crianças, em 2024 (em %)

	CRIANÇAS POBRES	CRIANÇAS NÃO POBRES
EDUCAÇÃO		
Menos de 30 horas por semana de ensino pré-escolar	18,5	9,8
SAÚDE		
Consulta ou tratamento médico (não dentário)	3,7	1,7
Consulta ou tratamento medicina dentária	9,6	2,5
HABITAÇÃO		
Taxa de sobrelotação do alojamento	35,4	16,5
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos	43,8	31,1
ALIMENTAÇÃO		
Incapacidade de consumir comida saudável e nutritiva	15,0	4,6
Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro	4,7	1,1

1. Fonte: ICOR, 2024.

2. Os indicadores da educação e saúde foram calculados ao nível do indivíduo e os indicadores da habitação e alimentação ao nível do agregado.

3. Na educação, só são contabilizados indivíduos em idade pré-escolar (dos 3 aos 5 anos); na saúde, só indivíduos com menos de 16 anos; na habitação e alimentação só indivíduos com menos de 18 anos.

4. Em 2024, uma pessoa faz parte da população "em risco de pobreza" de acordo com os rendimentos de 2023; as dimensões de privação referem-se à situação do ano de 2024.

5. Interpretação: Em 2024, 43,8% das crianças pobres viviam em habitações com o telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos; quando nos referimos às crianças não pobres, este valor diminui para 31,1%.



Anexo

O relatório “Portugal, Balanço Social 2025” combina diversas fontes de dados, que se detalham na tabela seguinte.

Estudo/Dados	Instituição	Período de recolha
<i>EU Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC)</i>	Eurostat	2015-2024
Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)	Instituto Nacional de Estatística (INE)	2008 e 2014-2025
Segurança Social	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)	2024 e 2025
Inscritos no Centro de Emprego	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	2024
Inquérito ao Emprego (IE)	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	2025
<i>Standard Eurobarometer</i>	Comissão Europeia	2024
Agregados Macro	Banco de Portugal (BP), Pordata e Instituto Nacional de Estatística (INE)	2008-2025
Despesas do Estado	Eurostat	2008-2024



Portugal, Balanço Social 2025

BRUNO P. CARVALHO
Universidad de Alcalá,
Department of Economics;
Université Libre de Bruxelles, ECARES

FRANCISCO TAVARES
European University Institute

JOÃO FANHA
Universidade Nova de Lisboa,
Nova School of Business and Economics

MIGUEL FONSECA
Universidade Nova de Lisboa,
Nova School of Business and Economics

SUSANA PERALTA
Universidade Nova de Lisboa,
Nova School of Business and Economics



Fundação "la Caixa" **N.OVA** NOVA SCHOOL OF
BUSINESS & ECONOMICS

SOCIAL EQUITY INITIATIVE

KNOWLEDGE-DRIVEN PROGRESS



Economics for Policy
Knowledge Center

NOVA SCHOOL OF
BUSINESS & ECONOMICS